

Senhores Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para eventuais esclarecimentos complementares.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	
	Explicativa	2014
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.613
Contas a receber de clientes	6	85.408
Estoques	7	65.937
Impostos a recuperar	8	2.418
Despesas antecipadas		3.283
Outros créditos		2.710
Total do ativo circulante		<u>230.369</u>
Não Circulante		
Partes relacionadas	10	191.861
Contas a receber de clientes	6	691
Impostos a recuperar	8	1.144
Outros créditos		624
Imobilizado	11	122.932
Total do ativo não circulante		<u>325.630</u>
Total do Ativo		<u>555.999</u>

Passivo e Passivo a Descoberto	Nota	
	Explicativa	2014
Circulante		
Fornecedores	13	31.198
Empréstimos e financiamentos	14	62.065
Salários, proviões e contribuições sociais a pagar	15	11.880
Impostos e contribuições a recolher	15	3.074
Partes relacionadas	10	2.061
Outras obrigações		8.793
Total do passivo circulante		<u>119.071</u>
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	14	450.000
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	4.151
Total do passivo não circulante		<u>454.151</u>
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		
Capital social	17	10.550
Ajustes de avaliação patrimonial		10.973
Prejuízos acumulados		(38.746)
Total do passivo a descoberto		<u>(17.223)</u>
Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		<u>555.999</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto) para o Período de 1º de Março a 31 Dezembro de 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Integralização de capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial					
	Nota Explicativa	Capital Social	Custo Atribuído ao Imobilizado	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Integralização de capital		50				50
Integralização de acervo líquido						20.272
Prejuízo do período					(39.287)	(39.287)
Outros resultados abrangentes				1.742		1.742
Resultado abrangente total do período				1.742	(39.287)	(37.545)
Realização de custo atribuído ao imobilizado, líquido de impostos			(541)			541
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		10.550	10.739	234	(38.746)	(17.223)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Período de 1º de Março a 31 de Dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: a) Disposições gerais: A Tavex Indústria Têxtil S.A. ("Companhia") tem por objeto social o processamento de algodão, a fiação, a tecelagem e o acabamento de tecidos de índio, brins de puro algodão, mistos de poliéster/algodão e de outros fios e tecidos; a comercialização, importação e exportação desses produtos e suas matérias-primas, bem como o negócio de confecções e demais atividades correlatas e afins, inclusive lavanderia industrial; a representação, por conta própria ou de terceiros; a prestação de serviços; a locação de bens móveis e imóveis de sua propriedade; e a participação em outras sociedades. Conforme mencionado no item b) a seguir, a reorganização societária concluída marca o reposicionamento estratégico do Grupo, visando à maior dedicação a cada segmento que opera. Companhia opera no segmento "Denim". Como consequência dessa reestruturação, incluindo a captação das debêntures (Instrução CVM nº 476/09), descrita na nota explicativa nº 14, a Companhia incorreu em prejuízo no exercício de 2014. Diante desse contexto e considerando o plano de negócios aprovado para os próximos exercícios, a Administração da Companhia acredita que ainda deverá tomar medidas oportuna para poder cumprir com o calendário de renovação da dívida de curto prazo e continuar obtendo o apoio financeiro necessário para financiar suas operações. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, tendo como principal acionista o Grupo Tavex S.A. ("Grupo Tavex"), sediada na Espanha. b) Reorganização societária: Em 1º de março de 2014, a Tavex Brasil Participações S.A. ("Tavex Participações"), controladora da Companhia, concluiu um processo de reestruturação societária que compreendeu: (i) a cisão parcial do patrimônio líquido da Tavex Brasil S.A. (antiga denominação da Santista Work Solution S.A.), então subsidiária integral da Tavex Participações. (ii) Integralização do acervo líquido cindido da Tavex Brasil S.A. na Companhia, conforme segue:

Ativo	R\$
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.130
Contas a receber de clientes	99.447
Estoques	82.934
Impostos a recuperar	3.900
Despesas antecipadas	976
Outros créditos	1.970
Total do ativo circulante	<u>190.817</u>
Não Circulante	
Partes relacionadas	99.130
Impostos a recuperar	1.881
Imobilizado	134.355
Intangível	8.827
Total do ativo não circulante	<u>244.193</u>
Total do Ativo	<u>435.010</u>
Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante	
Empréstimos e financiamentos	398.189
Salários, proviões e contribuições sociais a pagar	9.474
Outras obrigações	3.263
Total do passivo circulante	<u>410.926</u>
Não Circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.190
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	1.622
Total do passivo não circulante	<u>3.812</u>
Patrimônio Líquido (Acervo Líquido)	
Capital social	10.500
Ajustes de avaliação patrimonial	9.772
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>435.010</u>

2. Bases de Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado avaliados pelo custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em real, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados, sendo as principais as seguintes: a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita. Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o risco e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. b) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (real), utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários demonstrados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. c) Instrumentos financeiros: Reconhecidos na data de negociação e inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos do derivativo são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação: Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **Ativos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia somente possuía instrumentos financeiros classificados como: (i) Empréstimos e recebíveis, os quais são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados ao custo amortizado, exceto nos casos aplicáveis, quando os recebimentos são superiores a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014, compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e os saldos a receber de clientes (nota explicativa nº 6) e de partes relacionadas (nota explicativa nº 10). **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2014, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 14), contas a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº 10), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. **Método da taxa efetiva de juros:** Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. d) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação dos recursos, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. f) Estoques: Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor líquido de negociação e das eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 7. g) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado incluindo todos os gastos alocados aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens. Conforme mencionado no item j) a seguir, quando aplicável, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financeira, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. h) Intangível: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Compreendem: (i) gastos com desenvolvimento de produtos; e (ii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e são amortizados de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 12. Os gastos associados à manutenção dos sistemas computadorizados são reconhecidos como despesas, quando incorridos. Os gastos com pesquisa de produtos são registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12. i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. j) Arrendamentos: A classificação dos contratos de arrendamento entre financeiro e operacional é realizada pela Companhia no momento da sua contratação. Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento

transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento. Quando aplicável, os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía somente arrendamentos operacionais. k) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. É atualizada até as datas de encerramento das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16. l) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período, sendo o imposto de renda e a contribuição social calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** Reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 9. m) Ganhos e perdas atuariais do plano de previdência privada: Todos os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes para que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão reconhecido no balanço patrimonial reflita o valor integral do déficit ou excedente do plano. Além disso, o custo dos juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano são calculados pelos "juros líquidos", ou seja, aplicando-se a taxa de desconto ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício diferido. Essas mudanças tiveram impacto sobre os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes em exercícios anteriores. Os ganhos e as perdas atuariais apurados são reconhecidos no resultado em conformidade com as regras do pronunciamento técnico CPC 33 (R1), com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 19. n) Resultado por ação: Apresentado como básico e diluído conforme descrito na nota explicativa nº 27. o) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB: As novas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" - IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB e que ainda não estão em vigor são: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). • IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. **4. Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados afetados podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente quanto períodos futuros. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, como probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: a) Reconhecimento da receita de vendas: Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia relativo ao trabalho de refinação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente. b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos: A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 16. A provisão é constituída para todos os riscos referentes a processos judiciais que apresentem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis e a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essa provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.e). e) Provisão para perdas nos estoques: Constituída considerando-se a análise realizada pela Administração para os estoques classificados como diferentes de primeira linha sobre as prováveis perdas de margem na venda e de giro lento. f) Plano de previdência privada: O valor atual do plano de previdência privada depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, divulgadas na nota explicativa nº 19. A mudança em uma dessas estimativas pode afetar os resultados apresentados. g) Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível: Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível: Conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e nº 12, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

Caixa e Equivalentes de Caixa:	2014
Caixa e bancos	3.426
Aplicações financeiras:	
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	832
Operações financeiras lastreadas em debêntures	66.355
	67.187
	<u>70.613</u>

Os investimentos financeiros em CDBs e as operações lastreadas em debêntures são classificados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" por serem ativos financeiros com garantia de resgate imediato e com risco insignificante de mudança de valor e são remunerados, respectivamente, à taxa de 98,0% e 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Contas a Receber de Clientes:	2014
Mercado interno	89.353
Mercado externo	4.583
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	941
	<u>94.877</u>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Parcela do circulante	2014
Parcela do não circulante	691
Os saldos a receber por idade de vencimento dos títulos em 31 de dezembro de 2014 estão distribuídos conforme segue:	

A vencer:	2014
Vencidos	79.552
De 1 a 30 dias	3.916
De 31 a 60 dias	1.961
De 61 a 90 dias	1.428
Acima de 90 dias	8.020
	<u>94.877</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Período de 1º de Março a 31 de Dezembro de 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação)

	Nota Explicativa	2014	01/03 a 31/12/2014
Receita Operacional Líquida		20	324.805
Custo dos Produtos Vendidos		21	(283.442)
Lucro Bruto			41.363
Despesas Operacionais			
Com vendas	21		(34.364)
Gerais e administrativas	21		(14.482)
Outras despesas operacionais, líquidas	22		(1.970)
Resultado Operacional e antes do Resultado Financeiro			(9.453)
Receitas financeiras		23	13.316
Despesas financeiras		23	(58.107)
Variação cambial, líquida		24	11.869
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			(42.375)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	9.a)		3.088
Prejuízo do Período			(39.287)
Prejuízo do Período por Ação - R\$		26	(78.574)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Período de 1º de Março a 31 de Dezembro de 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Prejuízo do Período	Nota Explicativa	2014	01/03 a 31/12/2014
Outros Resultados Abrangentes			(39.287)
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado:			
Eleito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos			1.742
Total dos outros resultados abrangentes			1.742
Resultado Abrangente Total do Período			(37.545)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o Período de 1º de Março a 31 de Dezembro de 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota Explicativa	2014	01/03 a 31/12/2014
Prejuízo do período			(39.287)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	11 e 12		21.109
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16		

—* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Período de 1º de Março a 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2014		2014
	Taxa Média Anual de Depreciação - %	Custo	
Gastos com desenvolvimento de produtos	20	22.082	6.889
Direitos de uso de software	33	16.274	253
Marcas e patentes	-	2.052	1.176
		40.408	8.318
Mutações do intangível			
Saldo incorporado (vide nota explicativa nº 1.b))			2014
Adições:			8.827
Gastos com desenvolvimento de produtos			1.926
Direitos de uso de software			93
			2.019
(-) Amortização			(2.528)
Saldo no fim do período			8.318
Informações adicionais sobre o intangível			
			2014
			2.411

	Indexador e Taxa Média Anual de Juros - %	Vencimento	2014
2014			
2014			
Nacionais			29.882
Estrangeiros			1.141
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)			175
			31.198

	Indexador e Taxa Média Anual de Juros - %	Vencimento	2014
Moeda local:			
Debêntures - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)	111,5	do CDI	Junho/2016
Capital de giro (b)	6,29		
			481.472
			30.593
			512.065
			62.065
			450.000

	Indexador e Taxa Média Anual de Juros - %	Vencimento	2014
Parcela do circulante			
Parcela do não circulante			
(a) Com base na Instrução CVM nº 476/09, a Companhia efetuou, em junho de 2014, a emissão de 45.000 debêntures simples, tendo como coordenadores o Banco Votorantim e o Banco do Brasil (BB - Banco de Investimento S.A.), com valor unitário de R\$10.000, totalizando R\$450.000. Os recursos obtidos com a emissão dessas debêntures foram utilizados pela Emissora para reestruturação de dívidas da própria Emissora e/ou da coligada Santista Work Solution S.A., e está garantida pela Camargo Corrêa S.A. e pela Santista Work Solution S.A. (b) Garantido por cartas de crédito industrial e aval da controladora Tavex Brasil Participações S.A. e da Camargo Corrêa S.A. Em 31 de dezembro de 2014, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia, bem como as debêntures, não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, os montantes classificados no passivo não circulante se referem ao pagamento do principal das debêntures mencionadas no item a) no montante de R\$450.000.			

	Indexador e Taxa Média Anual de Juros - %	Vencimento	2014
15. Impostos e Contribuições a Recolher:			
Imposto Sobre Serviços - ISS			19
ICMS			936
COFINS e PIS			1.216
Contribuição previdenciária sobre receita bruta			267
IRRF e outras retenções			636
			3.074

16. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista em andamento que envolvem responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A provisão para riscos é estabelecida pela Administração da Companhia, levando em consideração a opinião dos assessores legais, por valores atualizados com base nas estimativas de perdas prováveis. A movimentação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	Pagamentos e Reversões	Atualização Monetária	12/2014
Trabalhistas	4.151	-	4.151
	4.151	-	4.151

17. Patrimônio Líquido: *Capital social:* Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia, no montante de R\$10.550, estava representado por 500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **18. Instrumentos Financeiros:** a) Considerações gerais: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos bancários e contratos de mútuo. *Aplicações financeiras:* A política de aplicações financeiras elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados e define os limites a serem aplicados em cada uma delas, estando a Companhia dentro desses limites em 31 de dezembro de 2014. *Empréstimos e financiamentos:* Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. b) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2014, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Indexador e Taxa Média Anual de Juros - %	Vencimento	2014
Ativo:			
Contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas			5.246
Mútuos com partes relacionadas			94.791
Total do ativo			100.037
Passivo:			
Contas a pagar a fornecedores			(1.141)
Total do passivo			(1.141)
Exposição cambial líquida			98.896

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos a receber de clientes e partes relacionadas, mútuos e contas a pagar a fornecedores, denominados substancialmente em dólares norte-americanos. c) Gestão de risco financeiro: *Fatores de risco financeiro:* As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo riscos de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Grupo Tavex na Espanha. A Tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros,

principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio. c.1) Risco de mercado: A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, os quais envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. i) Risco cambial: Em virtude das contas a receber e das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco. São considerados os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como os fluxos de caixa futuros. ii) Risco de taxa de juros: Esse risco decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. c.2) Risco de crédito: Tal risco é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. A Companhia também está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. É considerado baixo o risco de não liquidação das operações que a Companhia mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. c. 3) Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e o caixa e equivalentes de caixa. d) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	2014
Caixa e equivalentes de caixa	70.613
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(512.065)
Dívida líquida	(441.452)
Passivo a descoberto	(17.223)
Índice de dívida líquida	(25,63)

e) Valores de mercado: Em 31 de dezembro de 2014, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas de encerramento das demonstrações financeiras aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar a fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. f) Análise de sensibilidade: *Risco de taxa de juros:* Exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2014
Empréstimos e financiamentos	481.472
Partes relacionadas - mútuos a receber	(94.717)
Aplicações financeiras	(67.187)
Exposição líquida	319.568

Para a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas pelo CDI (nota explicativa nº 5), a Administração da Companhia entende que, considerando como baixo o risco de grandes variações no CDI em 2015, levando em conta o histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos, para a análise de sensibilidade para o risco de aumento nas taxas do CDI, que afetariam as despesas financeiras da Companhia, deve ser considerado um aumento máximo de 25% na taxa do CDI (representando um incremento de aproximadamente 2,70 pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$8.639. *Risco cambial:* Considerando as exposições cambiais descritas no quadro do item b) anterior, em 31 de dezembro de 2014 a análise de sensibilidade seria como segue:

Risco da Companhia	Perda		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Queda do US\$	21.799	24.722	49.448

Considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2014 de R\$2,65/US\$1,00, o cenário 2 considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano (R\$1,99/US\$1,00) e o cenário 3, uma valorização de 50% (R\$1,33/US\$1,00). A Administração considerou para análise de sensibilidade para o cenário 1 a taxa de câmbio da data de elaboração das demonstrações financeiras de R\$3,2417/US\$1,00 por entender que as variações cambiais para o período incorrido foram relevantes.

19. Plano de Previdência Privada: Em 1º de janeiro de 2000, foi lançado o ALPAPREV - Sociedade de Previdência Complementar (anteriormente denominado SPASAPREV - Sociedade de Previdência Privada) para os empregados da Companhia. E estruturado na modalidade "benefício definido", totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano "Super Prev", estruturado na modalidade "contribuição definida", para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias. Os valores atuariais registrados na Companhia são:

	2014
Valor presente da obrigação atuarial	(728)
Valor justo dos ativos do plano	1.352
Ativo líquido total (*)	624

(*) Ativo registrado na rubrica "Outros créditos" no ativo não circulante. As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o período de 2014 foram as seguintes:

	2014
Taxa de desconto financeiro	11,46%
Inflação de longo prazo	5,00%
Tábua de mortalidade geral	AT2000 (-10)
A contribuição efetuada pela Companhia no plano de benefício definido durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$1.048.	
20. Receita Operacional Líquida:	
Receita bruta de vendas:	
Mercado interno	388.437
Mercado externo	15.650
Abatimentos e cancelamentos	(9.258)
Impostos incidentes sobre as vendas	(70.024)
	324.805

	2014
21. Despesas por Natureza:	
Matéria-prima	128.477
Mão de obra	72.836
Energia e combustíveis	26.874
Outros	55.255
Custo dos produtos vendidos	283.442
Salários, encargos e benefícios	9.986
Propaganda e publicidade	5.087
Serviços de terceiros	12.841
Frete	6.889
Outras	14.043
	48.846

	2014
Classificadas como:	
Despesas com vendas	34.364
Despesas gerais e administrativas	14.482
	48.846

	2014
22. Outras Despesas Operacionais, Líquidas:	
Receitas:	
Venda de excedente de energia elétrica	8.685
	8.685
Despesas:	
Despesas com reestruturação	(2.995)
Juros sobre provisão para perdas no imobilizado (nota explicativa nº 11)	397
Baixas líquidas de bens do imobilizado	(418)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 16)	(4.151)
Outras	(3.488)
	(10.655)
	(1.970)

	2014
23. Receitas (Despesas) Financeiras:	
Receitas financeiras:	
Rendimentos de aplicações financeiras	4.194
Juros sobre recebimento de contas a receber em atraso	960
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	8.162
	13.316

	2014
Despesas financeiras:	
Encargos sobre debêntures	(32.596)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.028)
Aval concedido por parte relacionada sobre empréstimos e financiamentos	(6.028)
Descontos concedidos	(6.080)
Despesas bancárias e outras	(375)
	(58.107)

	2014
24. Variação Cambial, Líquida:	
Variação cambial ativa:	
Mútuos com partes relacionadas	11.337
Contas a receber de clientes do exterior	568
	11.905

	2014
Variação cambial passiva:	
Outros	(36)
	(36)

Variação cambial, líquida 11.869

25. Avals e Garantias: Em 31 de dezembro de 2014, em adição aos divulgados na nota explicativa nº 14, os avals oferecidos pela Companhia às instituições financeiras totalizavam R\$820 e referem-se às operações de financiamento de vendas - "vender".

	2014	
	Ordinárias - ON	Total
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações total	500.000	500.000
Percentual de ações em relação ao total	100,00%	100,00%
Numerador - básico e diluído:		
Prejuízo do período atribuível a cada classe de ações	(39.287)	(39.287)
Prejuízo do período por ação básico e diluído - R\$	(78,574)	(78,574)
27. Compromissos Assumidos: a) Arrendamentos operacionais: Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadravam na classificação de arrendamento mercantil operacional. No período findo em 31 de dezembro de 2014, as despesas de aluguel totalizaram R\$13.581. <i>Compromissos futuros:</i> Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 31 de dezembro de 2014, totalizam um montante fixo de R\$83.685, assim distribuídos:		
	R\$	
2015	16.737	
2016	16.737	
2017	16.737	
2018 a 2019	33.474	
	83.685	

Tais operações possuem cláusulas restritivas de mercado, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava adimplente, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado naquela data como contrato oneroso pela Administração da Companhia. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado contingente foi efetuado pela Companhia durante o período de 2014. b) Contratos de fornecimento de insumos. A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica vigente até 2015, devendo ser adquirido um volume médio de demanda mínimo mensal de 18.900 kW, equivalente a R\$1.424, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato. A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de gás natural vigente até 2015, devendo ser adquirido um volume médio de demanda mínimo mensal de 63.000 m³, equivalente a R\$1.375, podendo ser alterado com prazo mínimo de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato. **28. Cobertura de Seguros:** A Companhia adota a política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica, e para cobertura de lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguro equivalem a R\$1.201.158 e são consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos. **29. Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para publicação pela Diretoria em reunião realizada em 20 de março de 2015.

Exercício
2015 16.737
2016 16.737
2017 16.737
2018 a 2019 33.474
83.685

A DIRETORIA

Gerente de Controladoria
Tiago Bannitz de Paula Machado

Contador
Adalberto Leonardo - CRC 1SP199558/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Tavex Indústria Têxtil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Tavex Indústria Têxtil S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de 1º de março (data de início das operações da Companhia) a 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tavex Indústria Têxtil S.A.**

em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de março (data de início das operações da Companhia) a 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção com respeito ao assunto descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que menciona que a Companhia incorreu em prejuízo no exercício de 2014 e apresenta passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2014. Diante desse contexto, bem como considerando o plano de negócios aprovado para os próximos exercícios, a Administração da Companhia acredita que ainda deverá tomar medidas oportunas para poder cumprir com o calendário de renovação da dívida de curto prazo e continuar obtendo o apoio financeiro necessário para financiar suas operações.